

**EDITAL DISPENSA ELETRÔNICA Nº 018/2025**

**OBJETO: DISPENSA ELETRÔNICA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ACUPUNTURA E AREMOTERAPIA PARA O CENTRO DE REABILITAÇÃO MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI - MT.**

O Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, por intermédio do departamento de licitações, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados realizará licitação na modalidade **DISPENSA**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo menor preço por item, conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá ao inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o Decreto Municipal nº 363 de 22 de outubro de 2025, o Decreto Federal nº. 10.024 de 20 de setembro de 2019, à Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, à Lei Complementar nº 123, de 2006, e o art. 11 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021, bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

Início do acolhimento das propostas eletrônicas:	A partir das 08:30 horas (BR) do dia 08/06/2026
Início da disputa:	Dia 12/06/2026 às 08:30 horas (BR)
Fim da disputa:	Dia 12/06/2026 às 14:30 horas (BR)
<p>Endereço: Avenida Macário Subtil de Oliveira, nº. 848 Bairro Centro CEP: 78.785-000 – Alto Taquari – MT</p> <p>Site: <a href="http://www.altotaquari.mt.gov.br">www.altotaquari.mt.gov.br</a> (link: “Dispensa eletrônica”.) e <a href="http://www.licitanet.com.br">www.licitanet.com.br</a> (Licitanet – Licitações Eletrônicas).</p> <p>Meios para contato: Tel: (66) 99937-0499 E-mail: <a href="mailto:licitacao@altotaquari.mt.gov.br">licitacao@altotaquari.mt.gov.br</a> Dias e Horários: de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 17:00 horas (horário de Brasília).</p>	

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

O objeto da presente dispensa é a **DISPENSA ELETRÔNICA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ACUPUNTURA E AREMOTERAPIA PARA O CENTRO DE REABILITAÇÃO MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI - MT**, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Edital.

**1.2** A contratação será pelo valor do item, conforme Termo de Referência, Anexo I, deste edital.

**1.3** O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## **2 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.**

**2.1.** Poderão participar desta licitação todas as empresas que atendam às exigências e condições devidamente estabelecidas por este Edital;

**2.2.** A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante utilização de certificado digital para acesso ao Sistema de Dispensa Eletrônica do Município de Alto Taquari - MT, disponível no endereço eletrônico <https://portal.licitanet.com.br>

**2.3.** O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão/entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

**2.4.** Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

**2.4.1** Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

**2.4.2** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**2.5** Que se enquadrem nas seguintes vedações:

**2.5.1** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.5.2** Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.5.3** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.5.4** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

**2.5.5** Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**2.5.6** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

**2.5.7** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

**2.5.8** Sociedades cooperativas.

## **3 INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

**3.1** O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

**3.2** O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

**3.3** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

**3.4** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

**3.4.1** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação

de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**3.5** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**3.6** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**3.7** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o *termo de referência*, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**3.8** Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores só poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la até o momento do encerramento do acolhimento.

**3.9** No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

**3.9.1** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**3.9.2** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o fornecedor não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

**3.9.3** Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

**3.9.4** Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

**3.9.5** Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

**3.9.6** Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**3.9.7 Sob pena de desclassificação** a licitante deverá apresentar declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

#### **4 FASE DE LANCES**

**4.1** A partir das 8:30h (Horário de Brasília – DF) da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

**4.2** Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

O lance deverá ser ofertado pelo valor do item.

**4.3** O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**4.3.1** O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação



aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 0,01 (um centavo).

**4.4** Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

**4.5** Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**4.6** Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

**4.7** Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

**4.7.1** O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## **5 JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

**5.1** Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

**5.2** No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver negociação de condições mais vantajosas.

**5.2.1** Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

**5.2.2** A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

**5.2.3** Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

**5.3** Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

**5.4** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**5.5** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**5.5.1** Contiver vícios insanáveis;

**5.5.2** Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

**5.5.3** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**5.5.4** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**5.5.5** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

**5.6** Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

**5.6.1** For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**5.6.2** Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

**5.7** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**5.8** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

**5.8.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**5.8.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**5.9** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**5.10** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**5.11** Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**5.12** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## **6. HABILITAÇÃO**

**6.1** Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação:

### **6.1.1 Habilitação jurídica:**

**6.1.1.1** No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**6.1.1.2** Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**6.1.1.3** No caso de sociedade empresária ou sociedade empresária unipessoal (SLU): ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**6.1.1.4** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

**6.1.1.5** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**6.1.1.6** Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

**6.1.1.7** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **6.2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

**6.2.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**6.2.2** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**6.2.3** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**6.2.4** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**6.2.5** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**6.2.6** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**6.2.7** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

**6.2.8** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva doseudomicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

**6.2.9** Declaração que a licitante não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 e art. 27, inciso V, da Lei 8.666/93.

### **6.3 Qualificação Técnica**

**6.3.1** A licitante deverá apresentar, para fins de qualificação técnica:

**6.3.1.3** Alvará Sanitário ou Licença Sanitária vigente, expedido pelo órgão competente da sede da licitante, quando exigido pela legislação aplicável à atividade exercida pela empresa;

**6.3.1.4** Comprovação de registro, cadastro, notificação ou dispensa de registro junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA dos produtos sujeitos ao controle sanitário, quando aplicável;

**6.3.1.5** Para o fornecimento das agulhas de acupuntura, a licitante deverá apresentar comprovação de registro ou notificação válida do produto junto à ANVISA, observando as exigências sanitárias vigentes para produtos destinados à saúde;

**6.3.1.6** Declaração de que os produtos ofertados atendem integralmente às normas sanitárias, de qualidade, segurança e rastreabilidade exigidas pelos órgãos competentes, responsabilizando-se pela veracidade das informações prestadas;

**6.3.1.7** Os produtos deverão ser entregues em suas embalagens originais, contendo identificação do fabricante, número do lote, data de fabricação, prazo de validade, método de esterilização (quando aplicável) e demais informações exigidas pela legislação sanitária vigente.

**6.3.2** A Administração poderá promover diligências para verificar a autenticidade dos documentos apresentados, bem como a regularidade dos produtos perante os órgãos competentes.

**6.3.3** A não apresentação da documentação exigida neste item implicará na inabilitação da licitante, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

**6.3.4** A exigência da presente qualificação técnica fundamenta-se na Lei Federal nº 6.360/1976, na Lei Federal nº 9.782/1999 e demais normas sanitárias expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA aplicáveis aos produtos objeto da contratação.

### **6.4 Qualificação Econômico-Financeira**

**6.4.1** Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, quando couber, nos termos do art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;

**6.4.2** Considerando a natureza do objeto, o baixo valor estimado da contratação e a baixa complexidade da execução, fica dispensada a apresentação de Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e demais demonstrações contábeis, em observância aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

## **7. CONTRATAÇÃO**

**7.1** Não haverá instrumento de contrato visto se tratar de entrega IMEDIATA e INTEGRAL do objeto licitado conforme art. 95, II da Lei 14.133/21.

## **7 DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E PAGAMENTO**

**8.1** A Contratada deverá entregar os itens contidos no Termo de Referência no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da emissão da Nota de Autorização de Despesa.



**8.2** A entrega deverá ser feita na Secretaria de Saúde, Avenida Macário Subtil de Oliveira, nº 959, Centro na cidade de Alto Taquari - MT, CEP. 78.785-000, de segunda a sexta-feira nos seguintes horários: das 7:30hs às 11hs e das 13hs às 16:30hs, devendo ser confirmado pelo telefone (66) 99937-0499.

## **8 FORMA DE PAGAMENTO**

**9.1** A Contratada deverá apresentar a Nota Fiscal Eletrônica, indicando o número da conta corrente, agência e banco, correspondente a entrega do produto conforme NAD, que será atestada pelo Secretário Municipal de Saúde ou servidor expressamente designado.

**9.2** O pagamento do preço pactuado será efetuado pelo Município de Alto Taquari, obedecendo todas as exigências e especificações, devendo a contratada emitir a respectiva fatura que, devidamente comprovada e atestada pela Secretaria Municipal Saúde, deverá ser paga em até 30 (trinta) dias após a data de liberação da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

**9.3** No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na nota fiscal/fatura, será devolvida à contratada para as correções necessárias, não respondendo a contratante por quaisquer encargos resultantes de atraso na liquidação dos pagamentos correspondentes, quando este se der por culpa da contratada.

**9.4** *Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total*, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou a prestação de serviços (LEI nº 14.133/21 Art. 145).

## **9 SANÇÕES**

**10.1** Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

**10.1.1** Dar causa à inexecução parcial do contrato;

**10.1.2** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**10.1.3** Dar causa à inexecução total do contrato;

**10.1.4** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**10.1.5** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**10.1.6** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**10.1.7** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**10.1.8** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

**10.1.9** Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**10.1.10** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**10.1.10.1** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**10.1.11** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

**10.1.12** Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

**10.1.13** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento), no caso de inexecução total, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

c) Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso e por ocorrência até o Máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, quando a CONTRATADA, injustificadamente ou por motivo não aceito pela CONTRATANTE, deixar de atender **totalmente** a solicitação ou a Ordem de Fornecimento/Serviço, recolhida no prazo Máximo de 15 (quinze) dias corridos, contado da

comunicação oficial;

**d)** Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso e por ocorrência até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, quando a CONTRATADA, injustificadamente ou por motivo não aceito pela CONTRATANTE, atender **parcialmente** a solicitação ou a Ordem de Fornecimento/Serviço, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial;

**e)** Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por até 02 (dois) anos.

10.2 Na aplicação das sanções serão considerados:

**9.2.1** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**9.2.2** As peculiaridades do caso concreto;

**9.2.3** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**9.2.4** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**9.2.5** As implantações ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**9.3** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**9.4** A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, eximirá a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**9.5** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**9.6** Se durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**9.7** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**9.8** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**9.9** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**9.10** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## **10 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**10.1** O procedimento será divulgado no <https://portal.licitanet.com.br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

**10.2** No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

I - Republicar o presente aviso com uma nova data;

II - Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

III - Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

**10.2.1** No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.



**10.3** As providências dos subitens 10.2 e 10.2.1 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

**10.4** Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

**10.5** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**10.6** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

**10.7** Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

**10.8** No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**10.9** As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**10.10** Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

**10.11** Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

**10.12** Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

**10.13** Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**10.13.1** ANEXO I – Termo de Referência;

Alto Taquari - MT 25 de maio de 2026.

**Irno Buosi Martins**  
Agente de Contratação

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ACUPUNTURA E AROMATERAPIA PARA O CENTRO DE REABILITAÇÃO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

#### 1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a realização de Processo Licitatório na modalidade Dispensa Eletrônica de Licitação, destinado à aquisição de materiais de acupuntura e aromaterapia, visando à implantação, manutenção e ampliação das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) no Centro de Reabilitação Municipal, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde de Alto Taquari – MT.

1.2. A contratação tem como finalidade garantir condições adequadas para execução das terapias integrativas ofertadas aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, assegurando continuidade, qualidade técnica dos atendimentos e ampliação do acesso da população aos serviços de saúde complementar.

1.3. Os materiais deverão atender rigorosamente às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, observando normas sanitárias, padrões de qualidade, segurança e rastreabilidade exigidos pelos órgãos reguladores competentes.

1.4. A contratação ocorrerá em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e supremacia do interesse público.

#### 2. DAS QUANTIDADES

2.1. As quantidades estimadas foram definidas com base na demanda atual de atendimentos realizados pelo Centro de Reabilitação Municipal, considerando a implantação e ampliação das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

2.2. A aquisição visa atender não apenas os pacientes encaminhados pela Rede Municipal de Saúde, mas também a implementação de protocolo terapêutico institucionalizado pelo SUS, voltado ao tratamento complementar de usuários com dores crônicas, disfunções musculoesqueléticas, transtornos ansiosos, estresse ocupacional e demais condições clínicas compatíveis com as práticas de acupuntura e aromaterapia.

2.3. As quantidades contemplam ainda a realização de ações de promoção, prevenção e cuidado em saúde direcionadas aos servidores públicos municipais, especialmente relacionadas à saúde ocupacional, prevenção de afastamentos laborais, redução de quadros dolorosos e melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

2.4. A estimativa dos quantitativos levou em consideração: previsão de ampliação da oferta terapêutica; implementação de protocolos assistenciais do SUS; desenvolvimento de ações coletivas e terapêuticas voltadas aos servidores municipais; demanda contínua dos insumos utilizados nas terapias integrativas.

2.5. As especificações técnicas, unidades de fornecimento e quantitativos detalhados encontram-se descritos no **ANEXO I — Relação de Itens**.

2.6. Os quantitativos possuem caráter estimativo, respeitados os limites legais e orçamentários vigentes.

2.7. Todos os materiais deverão apresentar qualidade adequada, procedência comprovada e atender às normas sanitárias aplicáveis, garantindo segurança e eficácia nos atendimentos realizados.

#### 3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) são políticas públicas instituídas pelo Ministério da Saúde, integrando o Sistema Único de Saúde (SUS) como estratégias terapêuticas voltadas à promoção da saúde, prevenção de doenças e recuperação integral do paciente.

3.2. O Centro de Reabilitação Municipal atende pacientes com quadros clínicos diversos, incluindo dores crônicas, alterações musculoesqueléticas, distúrbios emocionais, estresse, ansiedade e limitações funcionais, situações nas quais a acupuntura e a aromaterapia apresentam comprovada eficácia científica.

3.3. A acupuntura atua no controle da dor, melhora funcional, equilíbrio energético e redução do uso de medicamentos, contribuindo para tratamentos mais humanizados e menos invasivos.

3.4. A aromaterapia, por sua vez, constitui recurso terapêutico complementar capaz de promover relaxamento, redução de sintomas ansiosos, melhora do sono e fortalecimento do bem-estar físico e emocional dos usuários.

3.5. A ampliação dessas práticas no município visa: fortalecer ações de saúde preventiva; reduzir demandas por atendimentos especializados; diminuir custos assistenciais decorrentes de tratamentos medicamentosos prolongados; qualificar a assistência ofertada à população.

3.6. A aquisição dos materiais mostra-se indispensável para garantir a continuidade dos atendimentos e possibilitar a expansão das terapias integrativas, atendendo às diretrizes do SUS e às políticas nacionais de humanização da saúde.

3.7. A opção pela **Dispensa Eletrônica de Licitação** fundamenta-se no art. 75 da Lei nº 14.133/2021, considerando o baixo valor global da contratação e a necessidade administrativa de aquisição célere, eficiente e economicamente vantajosa.

3.8. A contratação direta, mediante procedimento eletrônico competitivo, assegura transparência, ampla participação de fornecedores e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

#### 4. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

4.1. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, visando maior competitividade e economicidade.

4.2. Serão avaliadas: conformidade técnica dos produtos ofertados; atendimento integral às especificações; regularidade fiscal e jurídica do fornecedor; compatibilidade dos preços com o mercado.

4.3. As propostas deverão incluir todos os custos necessários ao fornecimento, tais como transporte, frete, encargos trabalhistas, tributos, seguros e demais despesas indiretas.

4.4. A Administração poderá promover diligências técnicas para comprovação das informações apresentadas.

4.5. Serão desclassificadas propostas: com preços inexequíveis; em desacordo com o Termo de Referência; que apresentem informações incompletas ou inconsistentes.

#### 5. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

5.1. O valor estimado da contratação é de **R\$ 9.159,63 (nove mil cento e cinquenta e nove reais e sessenta e três centavos)**.

5.2. O valor foi definido mediante pesquisa de mercado realizada com fornecedores do ramo, consultas a contratações similares e análise de preços praticados na Administração Pública.

5.3. O valor possui caráter referencial, podendo resultar em contratação por valor inferior, conforme disputa eletrônica.

#### 6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas correrão por conta da seguinte dotação:

**Reduzido:** 00000595

**Dotação:** 05.013.10.302.7020.2230.3390300000.16000000603

**Elemento:** Material de Consumo

**Órgão:** Secretaria Municipal de Saúde

**Fonte:** Recursos vinculados à manutenção dos serviços de saúde.

#### 7. PRAZOS E FORMA DE EXECUÇÃO:



- 7.1. O fornecimento ocorrerá mediante emissão da Nota de Autorização de Despesa — NAD ou Ordem de Fornecimento.
- 7.2. A entrega será realizada de forma integral, observando as especificações técnicas e quantitativos autorizados.
- 7.3. Os materiais deverão ser entregues: novos; lacrados; livres de avarias; dentro do prazo de validade adequado com no mínimo 01 ano de vencimento.
- 7.4. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte, carga, descarga e entrega final.
- 7.5. A Administração realizará conferência física e qualitativa dos itens entregues.
- 7.6. Produtos rejeitados deverão ser substituídos sem custos adicionais.
- 7.7. O recebimento dos materiais será realizado de forma definitiva, após a conferência quantitativa e qualitativa dos produtos entregues, verificando-se a conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta apresentada e na Nota de Autorização de Despesa – NAD.
- 7.8. Constatada a conformidade dos materiais entregues, o servidor responsável emitirá o atesto de recebimento definitivo, autorizando o prosseguimento dos procedimentos de liquidação e pagamento.
- 7.9. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, segurança, garantia e demais obrigações legais relativas aos produtos fornecidos, permanecendo responsável por vícios, defeitos ou irregularidades que venham a ser constatados posteriormente.

## 8. PRAZO DE EXECUÇÃO/ENTREGA

- 8.1. O prazo máximo de entrega será de até **15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento da NAD.
- 8.2. Local de entrega: **Secretaria Municipal de Saúde**  
Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 959  
Centro — Alto Taquari – MT, das 07:00 as 11:00, 13:00 as 17:00 horas de segunda a sexta feira.
- 8.3. A entrega deverá ocorrer em horário de expediente administrativo.
- 8.4. O descumprimento do prazo sujeitará a contratada às penalidades legais.

## 9. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 9.1. Nos termos do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica dispensada a formalização de instrumento de contrato, considerando que a presente contratação se refere ao fornecimento integral dos materiais, com entrega única e imediata, sem obrigações futuras de assistência técnica continuada, manutenção ou fornecimento parcelado.
- 9.2. A contratação será formalizada mediante emissão da Nota de Empenho, Nota de Autorização de Despesa (NAD) ou outro instrumento equivalente, os quais substituirão o contrato administrativo para todos os efeitos legais.
- 9.3. A vigência da contratação será de **90 (noventa) dias**, contados da emissão da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, prazo suficiente para entrega, recebimento definitivo, eventual substituição de materiais rejeitados, liquidação da despesa e pagamento.
- 9.4. A extinção da contratação ocorrerá com o cumprimento integral das obrigações pelas partes, mediante recebimento definitivo do objeto e quitação dos pagamentos devidos pela Administração.

## 11. GERÊNCIA RESPONSÁVEL (OU SETOR EQUIVALENTE)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.  
Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 959, Centro, Alto Taquari.

## 12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Fornecer os materiais de acupuntura e aromaterapia em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, proposta apresentada e demais documentos do processo de contratação.
- 12.2. Entregar os produtos novos, originais, lacrados, em perfeitas condições de uso, dentro do prazo estabelecido e no local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde.
- 12.3. Garantir que todos os materiais estejam dentro do prazo de validade adequado para utilização, observando as normas sanitárias vigentes e regulamentações aplicáveis.

12.4. Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos fornecidos, substituindo, às suas expensas, aqueles que apresentarem defeitos, avarias, divergências de especificação ou qualquer irregularidade constatada pela fiscalização.

12.5. Arcar com todas as despesas decorrentes do fornecimento, incluindo transporte, frete, carga, descarga, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais custos necessários à execução do objeto.

12.6. Manter durante toda a execução da contratação as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de dispensa eletrônica.

12.7. Comunicar imediatamente à Administração qualquer fato que possa comprometer a execução do fornecimento.

12.8. Atender prontamente às solicitações da Secretaria Municipal de Saúde, prestando esclarecimentos sempre que solicitado.

12.9. Responsabilizar-se por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento.

12.10. Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, sem prévia autorização da Contratante.

12.11. Substituir, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, os materiais recusados pela fiscalização, sem ônus para a Administração.

12.12. Emitir Nota Fiscal contendo obrigatoriamente: descrição do objeto; quantidade fornecida; valor unitário e total; número do processo; número do contrato ou instrumento equivalente.

### **13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

13.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta apresentada pela CONTRATADA.

13.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

13.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, por meio de servidor especialmente designado.

13.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência.

13.6. Fornecer à CONTRATADA todas as informações necessárias para a correta execução do objeto contratado.

13.7. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais, quando necessário.

13.8. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as especificações estabelecidas.

13.9. Notificar formalmente a CONTRATADA acerca de quaisquer irregularidades constatadas durante a execução da contratação.

### **14. DAS SANÇÕES**

14.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto da contratação, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

I — Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II — Multa administrativa, podendo ser aplicada isolada ou cumulativamente com outras sanções:

a) multa de mora de até 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado na entrega do objeto, calculada sobre o valor da contratação, até o limite de 15% (quinze por cento);

b) multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, em caso de inexecução total ou parcial;

III — Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de até 03 (três) anos, nos casos previstos em lei;

IV — Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme a gravidade da infração cometida.

14.4. A aplicação das penalidades não exclui a obrigação da CONTRATADA de reparar integralmente os danos causados à Administração.

14.5. O valor das multas aplicadas poderá ser descontado dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrado administrativamente ou judicialmente.

14.6. A instauração de processo administrativo para aplicação das sanções observará os princípios da legalidade, proporcionalidade, razoabilidade, ampla defesa e contraditório.

## 15. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. A fiscalização da execução do contrato será exercida por servidores designados pela Administração Municipal, os quais acompanharão, controlarão e avaliarão o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.2. Ficam designados como fiscais do contrato: Paulo Roberto Andrade Silva – Fiscal Titular; Robson Esmerino da Silva – Fiscal Substituto.

15.3. Compete aos fiscais do contrato:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado;
- b) verificar a conformidade dos materiais entregues com as especificações estabelecidas;
- c) registrar ocorrências relacionadas à execução contratual;
- d) comunicar formalmente à Administração eventuais irregularidades verificadas;
- e) atestar notas fiscais para fins de pagamento, após a conferência do objeto;
- f) adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento do contrato.

15.4. A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA quanto à perfeita execução do objeto contratado.

## 16. PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado através de crédito bancário, em até 30 (trinta) dias úteis, contados da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminativa, devidamente atestada por servidor designado, onde a CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes às multas, retenções previstas em Lei ou ainda indenizações devidas pela CONTRATADA, desde que não haja nenhum fato impeditivo.

16.2. **Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total**, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou a prestação de serviços (LEI nº 14.133/21 Art. 145).

## 17. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

17.1 Os requisitos de habilitação serão verificados conforme estabelecido nos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, incluindo:

17.1.1 **Habilitação Jurídica** (Art. 62, I, da Lei 14.133/21)

17.1.1.1 A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando



cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada (art. 66 da Lei Federal nº 14.133, de 2021), nos seguintes termos:

- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de microempreendedor individual - MEI, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI;
- c) No caso de sociedade empresária ou Sociedade Empresária Unipessoal, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- e) No caso de sociedade simples, inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) No caso de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização.

#### 14.1.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista (Art. 62, III, da Lei 14.133/21)

17.1.2.1 As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- a) a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), conforme o caso;
- b) a inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) a regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) o cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal.

g) Serão aceitas certidões negativas e certidões positivas com efeito de negativas.

17.1.2.2 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, social e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, quando requerida tempestivamente pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

17.1.2.3 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outro microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal, social e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

#### 17.1.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

17.1.3.1. A licitante deverá apresentar, para fins de qualificação técnica:

- a) Alvará Sanitário ou Licença Sanitária vigente, expedido pelo órgão competente da sede da licitante, quando exigido pela legislação aplicável à atividade exercida pela empresa;
- b) Comprovação de registro, cadastro, notificação ou dispensa de registro junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA dos produtos sujeitos ao controle sanitário, quando aplicável;
- c) Para o fornecimento das agulhas de acupuntura, a licitante deverá apresentar comprovação de registro ou notificação válida do produto junto à ANVISA, observando as exigências sanitárias vigentes para produtos destinados à saúde;
- d) Declaração de que os produtos ofertados atendem integralmente às normas sanitárias, de qualidade, segurança e rastreabilidade exigidas pelos órgãos competentes, responsabilizando-se pela veracidade das informações prestadas;
- e) Os produtos deverão ser entregues em suas embalagens originais, contendo identificação do fabricante, número do lote, data de fabricação, prazo de validade, método de esterilização (quando aplicável) e demais informações exigidas pela legislação sanitária vigente.

17.1.3.2. A Administração poderá promover diligências para verificar a autenticidade dos documentos apresentados, bem como a regularidade dos produtos perante os órgãos competentes.

17.1.3.3. A não apresentação da documentação exigida neste item implicará na inabilitação da licitante, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.1.3.4. A exigência da presente qualificação técnica fundamenta-se na Lei Federal nº 6.360/1976, na Lei Federal nº 9.782/1999 e demais normas sanitárias expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA aplicáveis aos produtos objeto da contratação.

17.1.4 **Qualificação Econômico-Financeira** (Art. 62, IV, da Lei nº 14.133/2021)

a) Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, quando couber, nos termos do art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;

17.1.4.1. Considerando a natureza do objeto, o baixo valor estimado da contratação e a baixa complexidade da execução, fica dispensada a apresentação de Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e demais demonstrações contábeis, em observância aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

## 18. FORO

18.1. Ajusta-se entre as partes que para dirimir quaisquer assuntos inerentes ao respectivo processo, fica eleito o foro da comarca de Alto Taquari – MT.

Aplica-se a legislação em vigor.

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E VALORES DE REFERÊNCIA DOS ITENS**

Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT  
Processo de Compra nº 1574/2026.

Código	Descrição	UND	QTD	Valor	Total
247420	AGULHA SISTEMA PARA ACUPUNTURA, EM ACO INOXIDAVEL, CABO ESPIRAL EM POLIPROPILENO, ESTERIL (OXIDO DE ETILENO), DESCARTAVEL, DIMENSOES DE 0,25X0,25MM, EMBALAGEM CAIXA Com 1000 UNIDADES, COM DADOS E IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE NUMERO DO LOTE, REGISTRO DO MINISTERIO DA SAUDE/ANVISA.	un	10	R\$ 151,21	R\$ 1.512,10
32243	AGULHA SISTEMA PARA ACUPUNTURA, EM ACO INOXIDAVEL, CABO ESPIRAL EM POLIPROPILENO, ESTERIL (OXIDO DE ETILENO), DESCARTAVEL, DIMENSOES DE 0,25X30MM, EMBALAGEM CAIXA COM 1000 UNIDADES, COM DADOS E IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE NUMERO DO LOTE, REGISTRO DO MINISTERIO DA SAUDE/ANVISA.	un	10	R\$ 137,02	R\$ 1.370,20
247426	DIFUSOR AROMATICO ULTRASSONICO LED COLORIDO, DIFUSOR DE AROMAS, LUZ NOTURNA, INDICADOR DE POUCA ÁGUA, DESLIGAMENTO AUTOMATICO, VOLTAGEM 127/220V, SILENCIOSO, CAPACIDADE DE 500ML.	un	2	R\$ 68,53	R\$ 137,06
247425	ELETRODOS ADESIVOS PARA ELETROESTIMULACAO 5X5CM COMPATIVEL COM CONECTOR 2MM, MATERIAL FLEXIVEL E CONDUTIVO, COM 4 UNID CADA ENVELOPE.	un	30	R\$ 22,57	R\$ 677,10
247434	ESTEIRA MASSAGEADORA COM AQUECIMENTO E VIBRACAO, 5 PROGRAMAS DE MASSAGENS, 3 NIVEIS DE INTENSIDADE, FUNCAO AQUECIMENTO LOMBAR (ATE 40oC), 10 MOTORES BIVOLT, DESLIGAMENTO AUTOMATICO DOBRAVEL, TAMANHO: 65X20X35CM, 4,9KG.	un	2	R\$ 455,05	R\$ 910,10
247424	ESTOJO PARA ACUPUNTURA, PLASTICO RESISTENTE, TAM: 16X20X4CM, 1000CM CUBICOS - GRANDE.	un	1	R\$ 70,39	R\$ 70,39
247430	OLEO ESSENCIAL ALECRIM - EXTRAIDO DIRETAMENTE DAS PLANTAS, POSSUINDO POUCO OU NENHUMA SUBSTANCIA OLEOSA, ODORIFERO, VOLATIL, DE CONSISTENCIA MAIS AQUOSA DO QUE OLEOSA, PARA USO EXTERNO, PARA AROMATIZADOR DIFUSOR ELETRICO, ACONDICIONADO EM FRASCOS E VIDROS ESCUROS, COM TAMPAS BEM LACRADAS E RESISTENTES PARA EVITAR VAZAMENTOS, FRASCO COM CAPACIDADE MINIMA DE 10ML	un	10	R\$ 27,92	R\$ 279,20
247432	OLEO ESSENCIAL CAPIM CIDREIRA - EXTRAIDO DIRETAMENTE DAS PLANTAS, POSSUINDO POUCO OU NENHUMA SUBSTANCIA OLEOSA, ODORIFERO, VOLATIL, DE CONSISTENCIA MAIS AQUOSA DO QUE OLEOSA, PARA USO EXTERNO, PARA AROMATIZADOR DIFUSOR ELETRICO, ACONDICIONADO EM FRASCOS E VIDROS ESCUROS, COM TAMPAS BEM LACRADAS E RESISTENTES PARA EVITAR VAZAMENTOS, FRASCO COM CAPACIDADE MINIMA DE 10ML	un	10	R\$ 27,29	R\$ 272,90
247431	OLEO ESSENCIAL LARANJA DOCE - EXTRAIDO DIRETAMENTE DAS PLANTAS, POSSUINDO POUCO OU NENHUMA SUBSTANCIA OLEOSA, ODORIFERO, VOLATIL, DE CONSISTENCIA MAIS AQUOSA DO QUE OLEOSA, PARA USO EXTERNO, PARA AROMATIZADOR DIFUSOR ELETRICO, ACONDICIONADO EM FRASCOS E VIDROS ESCUROS, COM TAMPAS BEM LACRADAS E RESISTENTES PARA EVITAR VAZAMENTOS, FRASCO COM CAPACIDADE MINIMA DE 10ML	un	10	R\$ 16,74	R\$ 167,40
247428	OLEO ESSENCIAL LAVANDA - EXTRAIDO DIRETAMENTE DAS PLANTAS, POSSUINDO POUCO OU NENHUMA SUBSTANCIA	un	10	R\$ 24,93	R\$ 249,30



	OLEOSA, ODORIFERO, VOLATIL, DE CONSISTENCIA MAIS AQUOSA DO QUE OLEOSA, PARA USO EXTERNO, PARA AROMATIZADOR DIFUSOR ELETRICO, ACONDICIONADO EM FRASCOS E VIDROS ESCUROS, COM TAMPAS BEM LACRADAS E RESISTENTES PARA EVITAR VAZAMENTOS, FRASCO COM CAPACIDADE MINIMA DE 10ML				
247427	OLEO ESSENCIAL LIMAO SICILIANO - EXTRAIDO DIRETAMENTE DAS PLANTAS, POSSUINDO POUCO OU NENHUMA SUBSTANCIA OLEOSA, ODORIFERO, VOLATIL, DE CONSISTENCIA MAIS AQUOSA DO QUE OLEOSA, PARA USO EXTERNO, PARA AROMATIZADOR DIFUSOR ELETRICO, ACONDICIONADO EM FRASCOS E VIDROS ESCUROS, COM TAMPAS BEM LACRADAS E RESISTENTES PARA EVITAR VAZAMENTOS, FRASCO COM CAPACIDADE MINIMA DE 10ML	un	10	R\$ 23,10	R\$ 231,00
247429	OLEO ESSENCIAL TEA TREE - EXTRAIDO DIRETAMENTE DAS PLANTAS, POSSUINDO POUCO OU NENHUMA SUBSTANCIA OLEOSA, ODORIFERO, VOLATIL, DE CONSISTENCIA MAIS AQUOSA DO QUE OLEOSA, PARA USO EXTERNO, PARA AROMATIZADOR DIFUSOR ELETRICO, ACONDICIONADO EM FRASCOS E VIDROS ESCUROS, COM TAMPAS BEM LACRADAS E RESISTENTES PARA EVITAR VAZAMENTOS, FRASCO COM CAPACIDADE MINIMA DE 10ML	un	10	R\$ 34,54	R\$ 345,40
247423	PINCA ANATOMICA PARA DISSECCAO, ACO INOXIDAVEL, DURAVEL, RESISTENTE A CORROSAO, TAM: 12CM.	un	2	R\$ 20,74	R\$ 41,48
247421	PLACA PONTO ESFERA CRISTAL PARA AURICULOTERAPIA, TAM: 1,5MM DE DIAMETRO, FITA ADESIVA DE MICROPORE SUPER ADERENTE 60UN.	un	100	R\$ 7,93	R\$ 793,00
247422	PLACA PONTO ESFERA SEMENTE PARA AURICULOTERAPIA, DIMENSOES DA SEMENTE: 1,5 A 1,8MM, FITA ADESIVA DE MICROPORE SUPER ADERENTE, 60UN.	un	100	R\$ 8,76	R\$ 876,00
247433	SEMENTE DE MOSTARDA PARA AURICULOTERAPIA, TAMANHO: 8X8MM, FITA ADESIVA DE MICROPORE SUPER ADERENTE, CARTELA COM 70 ADESIVOS	un	30	R\$ 40,90	R\$ 1.227,00

O custo estimado do presente registro de preço é de **R\$ 9.159,63 (nove mil cento e cinquenta e nove reais e sessenta e três centavos)** baseado nos orçamentos fornecidos por fornecedores do ramo, ata de licitações adjudicadas e homologadas de órgãos públicos e/ou sites varejistas.